

Instituições psicanalíticas, publicações e as (homo)sexualidades

Entre teorias, silêncios e trans(forma)ações

Hemerson Ari Mendes,¹ Pelotas, RS

Resumo: O autor faz uma revisão crítica do impacto dos aportes freudianos sobre a sexualidade na cultura, nas instituições psicanalíticas e em seus congressos e publicações. Através da análise de temas recorrentes ligados à sexualidade, como sexo, gênero, masculino/feminino e, especialmente, orientação sexual, discute de que modo a psicanálise, entre avanços e recuos, foi construindo suas elaborações teóricas. Seu foco recai na maneira como a homossexualidade foi pensada por Freud e nas repercussões institucionais desse debate, em particular a resistência à presença de homossexuais assumidos nos espaços institucionais. Trabalha com a hipótese de que a escuta psicanalítica nem sempre se mostra preparada para lidar com as singularidades da população LGBTQIA+, historicamente mal compreendida. Por fim, sustenta que as instituições devem funcionar como enquadres simbólicos, conforme a concepção de Bleger, para sustentar processos de elaboração coletiva e oferecer continência às tensões que emergem das diferenças, em especial aquelas ligadas à sexualidade e à identidade.

Palavras-chave: sexualidades, história psicanalítica, instituições, publicações, transformações

*Aprendi desde criança
Que é melhor me calar
E dançar conforme a dança
Do que jamais ousar
Mas, às vezes, pressinto
Que eu não me enquadro na lei
Minto sobre o que sinto
Esqueço tudo o que sei
Só comigo ousar lutar
Sem me poder vencer*

1 Psicanalista da Sociedade Psicanalítica de Pelotas (SPPEL). Médico psiquiatra pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Mestre em saúde e comportamento pela Universidade Católica de Pelotas (UCPEL).

*Tento afogar no mar o fogo
Em que quero arder
De dia caio minh'álma
Só à noite caio em mim
Por isso me falta calma
E vivo inquieto assim*

ANTONIO CICERO, "Canção da alma caiada"

Introdução

O poema "Canção da alma caiada" (1996/2019), de Antonio Cicero, foi citado por um analisando ao saber da morte assistida do autor. No contexto associativo, ele fantasiava como poderia viver sua sexualidade sem precisar recorrer a uma eutanásia simbólica de sua orientação. *Trans(forma)ações* como tema proposto talvez dialogue, ainda hoje, com a necessidade da formação de psicanalistas com uma contínua transação entre teoria e escuta clínica, sustentada por um compromisso ético com a transformação subjetiva – do analisando, do analista e da própria instituição –, de modo a permitir o cuidado e a elaboração das complexidades da sexualidade sem recaídas normativas.

O passado reconhece o seu lugar?

Os temas escolhidos para os congressos e edições das revistas de psicanálise – como acontece também em outras áreas – informam sobre os interesses, (in)compreensões, ambições e expectativas de uma época. Desde o primeiro congresso da então Associação Brasileira de Psicanálise (ABP) – hoje, Federação Brasileira de Psicanálise (Febrapsi) –, a *Revista Brasileira de Psicanálise* (RBP) publica os principais artigos apresentados e discutidos nesses eventos. Ao longo das últimas seis décadas, em três congressos o tema da sexualidade foi abordado de forma explícita, e artigos foram publicados na RBP.

O intervalo de tempo entre esses congressos é relativamente regular. Assim como nos primórdios da psicanálise, a sexualidade ganhou centralidade no 1º Congresso Brasileiro de Psicanálise, realizado em Caxias do Sul, em 1969. *Identidade de sexo e seus distúrbios: aspectos teóricos e clínicos* foi o tema.

Pela perspectiva atual, tal formulação soa anacrônica. Na época, as categorias de sexo e gênero não estavam diferenciadas como hoje. A expressão "identidade de sexo" era frequentemente usada para designar o sentimento subjetivo de pertencimento a um sexo – algo próximo do que hoje chamamos de identidade de gênero. No entanto, o vocabulário era limitado pela hegemonia de uma perspectiva binária e biologizante.

A expressão “seus distúrbios: aspectos teóricos e clínicos” revela o acento na patologização, na teorização e no tratamento daquilo que se associava às “identidades de sexo”, provavelmente pensadas como desvios, à semelhança do que Freud propõe em *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905/1969n). Sessenta e quatro anos após a publicação dessa obra, como amostragem de uma época, Lobo e Moraes (1969) preferem empregar expressões como “autoidentidade sexual” ou “sentimento de identidade sexual” para descrever os aspectos “endopsíquicos” relacionados à estrutura sexual bioanatômica do indivíduo. Introduzem também os termos “sexo psicológico” e “sexo outorgado”, buscando distinguir entre diferentes dimensões da sexualidade e da identidade sexual.

Em 1997, no 16º Congresso Brasileiro de Psicanálise, realizado em Porto Alegre, e conseqüentemente no número da RBP correspondente, o tema foi *Sexualidade e prática analítica*. Correndo o risco de ser injusto com algumas abordagens, os termos predominantes foram: normalidade/anormalidade, perversões, trauma, etiologias, polimorfismo infantil, escolha homossexual de objeto... Embora o termo “distúrbios” tenha desaparecido do título, ele estava entremeado nas abordagens.

No meio do caminho, em 2014, a RBP lançou um número dedicado ao tema *Sexualidade e gênero*. No editorial, Bernardo Tanis apresenta um panorama da temática a ser discutida: questões de gênero, homoparentalidade, novas formas de prazer e de gozo, críticas à dimensão falocêntrica de certos aspectos da teoria psicanalítica, relação entre neossexualidades e acesso ao simbólico...

Os temas dialogam entre si. O intervalo de tempo é relativamente pequeno, mas, a meu ver, há uma clara diferença de enfoque. Simplificando – com todos os riscos implicados –, no permanente embate entre as demandas individuais e a cultura, na primeira abordagem a psicanálise (por meio dos autores implicados) parece mais identificada com o polo da civilização: preocupa-se com a normatização, sustenta certa moralização defensiva, visando preservar importantes (pre)conceitos fundantes.

Na segunda abordagem, abre-se espaço para escutar, compreender e integrar as demandas dos filhos que sofrem com a reprodução da não aceitação e do não reconhecimento das dessemelhanças em relação à maioria. Para esses, de forma reducionista, não bastava o redirecionamento não incestuoso do objeto de prazer: impunha-se um moralizante cerceamento.

Poderíamos entender que os diferentes enfoques indicam uma mudança predominante no olhar psicanalítico sobre o tema? Seria possível uma genuína transformação em tão pouco tempo? Se sim, ela resulta de uma introspecção crítica ou de uma adaptação ao politicamente correto? Qual o impacto, na dinâmica das sociedades psicanalíticas, da presença de colegas que não mais precisam esconder sua orientação sexual? Com que naturalidade essa questão

é abordada nos relacionamentos institucionais? De que maneira ela contribui para novas compreensões e teorizações?

Passados mais 11 anos da última publicação sobre o tema, o 30º Congresso Brasileiro de Psicanálise, em 2025, agora em Gramado, nos convida a pensar sobre o tema *Sexualidade: o tumulto das diferenças*. O título retira a patologização e desloca o foco para o impacto das diferenças no psiquismo, na cultura, nas teorias, na clínica – e no que mais se puder pensar.

A partir dos primeiros desenvolvimentos teóricos freudianos associados à sexualidade – que abriram caminho para novos desdobramentos – e também de acontecimentos relevantes na história do movimento psicanalítico, especialmente no que diz respeito à orientação sexual, proponho uma problematização sobre o que me parecem ter sido os papéis e funções, os avanços e retrocessos, bem como as elaborações e atuações das instituições psicanalíticas em suas criações e desenvolvimentos. Tais movimentos se configuram, em cada tempo, como decorrência do avanço do conhecimento, do enfrentamento de preconceitos e do reflexo das condições mentais predominantes na cultura.

Hoje, diferentemente do que se observava no 1º Congresso Brasileiro de Psicanálise, o sexo biológico, a identidade de gênero e os constructos psicanalíticos de feminino/masculino não estão mais associados de forma inequívoca à orientação sexual. Esta não é definida pelo gênero biológico do sujeito, tampouco por sua identidade de gênero ou pelo predomínio de um funcionamento mental e de identificações que convencionamos chamar de masculinas ou femininas – categorias que, como sabemos, oscilam independentemente do gênero, da identidade e, antecipando, da orientação sexual.

Com base em determinados acontecimentos e posicionamentos ao longo da história do movimento psicanalítico, proponho, portanto, uma reflexão crítica sobre os papéis – tanto positivos quanto negativos – assumidos pelas instituições psicanalíticas. Congressos e publicações refletem, em grande medida, os caminhos trilhados e as pausas feitas nessa trajetória histórica.

Primórdios pré-institucionais

A criação da psicanálise decorre de um contínuo desenvolvimento teórico nas publicações freudianas. Convencionou-se afirmar que *A interpretação dos sonhos* (1900/1969e) marca a fundação oficial da psicanálise. No entanto, já em *Estudos sobre a histeria* (1893-1895/1969), por meio da busca pela cura catártica (ou cura pela fala), Breuer e Freud vislumbravam um método terapêutico, intuindo que falar sobre emoções reprimidas poderia ter efeitos clínicos significativos.

O conceito de inconsciente, os sonhos como via régia para acessá-lo, a associação livre como técnica e a interpretação como instrumento clínico são desenvolvidos com profundidade em *A interpretação dos sonhos*.

Já *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905/1969n) amplia o conceito de sexualidade ao abordar seu desenvolvimento, revelando a continuidade entre a sexualidade infantil e a adulta. Freud demonstra que, nesse processo, há um entrelaçamento de elementos saudáveis e conflituosos. A repressão, embora fundamental ao desenvolvimento psíquico, quando excessiva ou ineficaz, pode levar ao adoecimento emocional – tendo os sintomas histéricos como paradigma.

A sexualidade infantil, suas fases, seu impacto no desenvolvimento adulto e o complexo de Édipo como estrutura fundante do psiquismo são revolucionários. Esses temas, embora presentes de forma dispersa em outras tradições culturais, são sistematizados no pensamento freudiano. A compreensão contemporânea do sujeito não pode prescindir desses conceitos.

Ainda em 1905, Freud publica “Fragmento da análise de um caso de histeria” (1905/1969c). O caso Dora exemplifica suas teorias emergentes: os sintomas histéricos, causados por pulsões sexuais reprimidas, são compreendidos por meio da associação livre e trabalhados através da interpretação da transferência. Apesar de ainda distante de sua formulação conceitual plena, a contratransferência e suas implicações já se insinuam. O caso Dora é também significativo no debate sobre a homossexualidade – revelando incompreensões, moralizações e tensões teóricas ainda não resolvidas.

Mesmo diante de resistências, críticas e tentativas de moralização, a psicanálise impôs novos paradigmas sobre o sujeito e a sexualidade.

As novas teorizações

A questão da orientação sexual foi abordada por Freud com coragem e ambiguidade. Didaticamente, poderíamos dividir sua abordagem em dois blocos: de um lado, suas publicações e divulgações no âmbito da ciência que ele criava e desenvolvia; de outro, suas manifestações privadas e posicionamentos sociais. Ao longo de sua vida, essas duas vertentes coexistiram.

A teoria pulsional, estabelecida em 1905, faz uma distinção entre objeto e finalidade. Essa nova abordagem introduz a ideia de desvios, tanto em relação ao objeto quanto em relação à finalidade da pulsão, rompendo, de certa forma, com o modelo patologizante do século 19. A homossexualidade, por si só, não é considerada normal nem patológica – a “inversão” só assumiria esse status se houvesse exclusividade de objeto e fixação libidinal. Ainda assim, o uso

do termo “desvio” sugere que a norma esperada seria a chegada à heterossexualidade, como se pode observar no trecho a seguir, que ainda mostra um cuidadoso “na maioria das vezes”: “Quando a perversão ... suplanta e substitui o normal em todas as circunstâncias, ou seja, quando há nela as características de exclusividade e fixação, então nos vemos autorizados, na maioria das vezes, a julgá-la como um sintoma patológico” (Freud, 1905/1969n, p. 151).

Apesar das contradições – ou seriam complexificações? –, a nova abordagem introduz três mudanças fundamentais: no momento de aparecimento da pulsão sexual, na negação de um caráter essencialmente heterossexual ao objeto e na ampliação do objetivo sexual para além do coito. Esses rompimentos conceituais oferecem importantes contribuições para pensar a homossexualidade, em especial quando Freud acrescenta que a heterossexualidade também carece de explicação: “O interesse sexual exclusivo do homem pela mulher é também um problema que exige esclarecimento, e não uma evidência indiscutível que se possa atribuir a uma atração de base química” (p. 138).

Nos seis anos seguintes, a temática da homossexualidade, direta ou indiretamente, aparece em vários trabalhos.

Em “Análise de uma fobia em um menino de cinco anos” (1909/1969a), no contexto de suas interpretações, Freud aborda a sexualidade infantil e o desenvolvimento da identidade sexual, incluindo a homossexualidade.

Em *Leonardo da Vinci e uma lembrança da sua infância* (1910/1969f), analisa a homossexualidade de Leonardo como aspecto importante de sua personalidade e criatividade. Sublimação, fixação pré-genital e a relação com a mãe como vetor da orientação sexual são os principais eixos da análise – além da reafirmação de que a homossexualidade não é uma doença.

Já em “Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranoia (o caso Schreber)” (1911/1969i), ao avaliar os delírios e comportamentos do paciente, interpreta as fantasias homossexuais como defesas psíquicas, elaboradas contra desejos inconscientes dessa natureza.

Em 1914, dois textos – “Sobre o narcisismo: uma introdução” e “O Moisés de Michelangelo” – oferecem novos aportes e hipóteses etiológicas sobre a homossexualidade. A associação entre homossexualidade e escolha narcísica, ainda presente em muitos discursos contemporâneos, tem como uma de suas raízes essas publicações. A noção de narcisismo derivava de um relato clínico de Paul Näcke, de 1899, sobre um paciente que tratava partes do próprio corpo como objeto sexual – o que motivou a associação inicial entre narcisismo e perversão: “Desenvolvido até esse grau, o narcisismo passa a significar uma perversão que absorveu a totalidade da vida sexual do indivíduo, exibindo, conseqüentemente, as características que esperamos encontrar no estudo de todas as perversões” (1914/1969l, p. 84).

Contudo, Freud também descreve o narcisismo como uma etapa normal na constituição do eu e propõe diferentes formas de escolha objetal: anaclíticas, baseadas nos primeiros objetos sexuais (geralmente os pais), e narcísicas, como exemplifica, “às pessoas cujo desenvolvimento libidinal sofreu alguma perturbação, tais como perversos e homossexuais” (p. 90). Ele infere que, nos casos de escolha narcísica, o sujeito busca a si mesmo como objeto de amor.

Embora ressalte que essa forma de escolha não seja exclusiva dos homossexuais, ele retoma essa associação na conferência “A teoria da libido e o narcisismo”: “A escolha objetal homossexual situa-se originalmente mais próxima do narcisismo, do que ocorre com a escolha heterossexual. ... Uma intensa fixação ao tipo narcísico de escolha objetal deve ser incluída na predisposição ao homossexualismo manifesto” (1916-1917/1969m, pp. 423-424).

Em “O Moisés de Michelangelo” (1914/1969h), Freud sugere que a arte de Michelangelo constitui uma forma de sublimação do narcisismo – canalizando a energia libidinal para a criação artística. A estátua seria uma idealização do líder, forma de identificação com o ideal do eu, e expressão de uma admiração homossexual. Ambos os textos, “Moisés” e “Sobre o narcisismo”, compartilham conceitos como sublimação, idealização e identificação, demonstrando que Freud interpreta a criação artística como expressão da psique.

Apesar da ampliação conceitual, a ambiguidade permanece.

Freud retorna ao tema em outras obras. Por exemplo, em *Psicologia de grupo e a análise do ego* (1921/1969j), discute as identificações inconscientes, inclusive nas relações homossexuais; em “O impacto das diferenças anatômicas sobre o psiquismo” (1925/1969d), aborda a homossexualidade como possível resultado de variações identificatórias; e em “Sobre a sexualidade feminina” (1931/1969k), considera a homossexualidade uma fixação em estágios anteriores do desenvolvimento.

As comunicações privadas e sociais de Freud

Em 1903, dois anos antes de publicar os *Três ensaios*, Freud aceitou conceder uma entrevista a um jornal de Viena que queria a sua opinião sobre o julgamento de um profissional vienense acusado por suas práticas homossexuais. Sua assertiva resposta foi: “O homossexual não é propriedade de um tribunal. Além disso, tenho a firme convicção de que tampouco os homossexuais devem ser tratados como doentes” (citado por Roudinesco & Plon, 1998, p. 368).

Entre tantas pessoas com quem Freud se correspondeu está o neurologista americano James J. Putnam. Iniciaram o contato em 1909. Putnam admirava a teoria psicanalítica, mas buscava conciliar a psicanálise com ideais morais protestantes. Tinha preocupações éticas e espirituais, e tentava adaptar

a psicanálise a uma visão mais normativa do desenvolvimento humano. Nessa interlocução, surgiram divergências em relação à sexualidade, especialmente à homossexualidade. Putnam inclinava-se a vê-la como desviante e era a favor de um modelo de “correção” moral, enquanto Freud – embora ambíguo em certos momentos – a compreendia dentro de uma perspectiva pulsional ampla, não patologizante em si. Em uma das cartas, Freud foi explícito: “Por trás da fantasia de uma vida familiar feliz, você deveria descobrir as fantasias normais reprimidas de uma rica realização sexual”. Em uma das últimas cartas, foi ainda mais direto: “A moral sexual tal como a define a sociedade – e como exemplo extremo a sociedade norte-americana – me parece bastante depreciável. Eu me identifico com uma vida sexual mais livre” (Hale, 1971, pp. 130 e 189).

A institucionalização da psicanálise e o tumulto das diferenças sexuais

O Congresso Internacional de Psicanálise realizado em Nuremberg, em 1910, marcou a institucionalização da psicanálise com a fundação da Associação Psicanalítica Internacional (IPA), tendo Carl Gustav Jung como seu primeiro presidente – a convite de Freud –, com o objetivo de dar caráter internacional à psicanálise e ampliar sua aceitação. Entre os principais fatores que motivaram sua criação estão a organização e difusão da psicanálise, a proteção doutrinária, a formação qualificada de novos analistas, o intercâmbio internacional, a resistência e o isolamento.

Como sabemos, toda institucionalização também produz efeitos adversos. Entre as principais críticas que costumam ser dirigidas a processos desse tipo estão a burocratização e rigidez, a cooptação e politização, a perda de flexibilidade, a exclusão de vozes minoritárias, o distanciamento do cotidiano e a desconexão com as bases.

Seriam as análises – em sua essência – vacinas eficazes contra esses desfechos institucionais? A história nos oferece respostas. A partir da questão da orientação homossexual, vejamos quais foram os primeiros tumultos institucionais.

Nesse contexto, surge a figura de Magnus Hirschfeld, médico alemão, homossexual assumido, pioneiro dos movimentos de liberação homossexual, fundador – em 1897 – do Wissenschaftlich-humanitäres Komitee (whk), Comitê Científico-Humanitário, uma das primeiras organizações de direitos LGBTQIA+ da história, além do Instituto para a Ciência Sexual. Em 1907, Hirschfeld aproximou-se da psicanálise, sobretudo por meio de Karl Abraham e da nascente Associação Psicanalítica de Berlim.

Em carta, Freud observa que Hirschfeld parecia “desajeitado”, mas via com bons olhos sua aproximação e possível contribuição. No entanto, essa relação foi breve. Em 1911, durante o 3º Congresso Internacional de Psicanálise, em Weimar – no mesmo evento em que Freud o saudou como a “autoridade berlinense em homossexualidade” –, Hirschfeld foi alvo de insultos por parte de Jung, que se opôs abertamente à sua permanência na psicanálise, aparentemente por sua orientação sexual (Kupermann & Bulamah, 2018).

Embora a IPA tenha nascido com uma estrutura quase monárquica, esse episódio já sinalizava o início de tensões internas. Seria um problema específico de Jung? O tempo responderia.

Tão significativos quanto os textos públicos foram os escritos íntimos. Um episódio emblemático foi a troca de cartas entre Ernest Jones (então presidente da IPA) e Freud em 1921. Jones, após negar a um médico homossexual o ingresso na Sociedade Holandesa de Psicanálise, informa que esse médico havia sido preso e indaga se tal desfecho não deveria se tornar um “parâmetro geral” para a exclusão de homossexuais das instituições psicanalíticas. A resposta de Freud – assinada também por Rank – foi clara:

Sua indagação, caro Ernest, a respeito da prospectiva qualidade de homossexuais como membros foi por nós considerada e discordamos de você. Com efeito, não podemos excluir tais pessoas sem outras razões suficientes, assim como não podemos concordar com suas perseguições legais. Sentimos que uma decisão em tais casos deve depender de um cuidadoso exame de outras qualidades do candidato. (citado por Spiers & Lynch, 1977, p. 8)

Guardem essa resposta!

Contudo, nas décadas seguintes, foi a postura de Jones que prevaleceu institucionalmente. Sem normas escritas, mas com práticas excludentes, grande parte dos institutos optou por seguir os “parâmetros seguros” de exclusão.

Provavelmente, Freud percebeu essa tendência. Em *O mal-estar na civilização*, há uma passagem que, se fosse sua única produção, o manteria na história:

É sempre possível unir um considerável número de pessoas no amor, enquanto sobrerem outras pessoas para receberem as manifestações de sua agressividade. ... A civilização se comporta diante da sexualidade da mesma forma que um povo, ou uma de suas camadas sociais, procede diante de outros que estão submetidos à sua exploração. ... A exigência, demonstrada nessas proibições, de que haja um tipo único de vida sexual para todos não leva em consideração as dessemelhanças, inatas ou adquiridas, na constituição sexual dos seres humanos; cerceia, em bom número deles, o gozo sexual, tornando-se assim fonte de grave injustiça. (1930/1969g, p. 136)

Em sintético parágrafo, Freud aborda o impacto da sexualidade individual na civilização: amor, ódio, agressividade, exploração, exigências, moralizações normatizantes, abusos, preconceitos, proibições, injustiças e condenações são algumas das questões explicitadas e/ou inferidas na citação.

Percebam que os preconceitos de Jung não eram apenas dele e seguiram sendo atuados nos porões ou, não sei se melhor ou pior, nos sótãos institucionais. Pois, apesar da resposta de Freud e Rank, ela foi predominantemente ignorada na vida institucional, e a “lei não escrita” prevaleceu por mais de 80 anos.

Há vasta literatura e manifestações que consubstanciam a existência dessa lei não escrita nas oito décadas em questão. Muitas citações sobre os desenvolvimentos teóricos foram utilizadas como base teórica para justificar a manutenção do eloquente silêncio da lei não escrita – por exemplo, narcisismo patológico, recusa da diferença dos sexos, fixação e identificação pré-genitais, caráter arcaico da sexualidade, Édipo substituído pela lógica narcísica... Várias dessas abordagens ainda estão presentes na publicação do mencionado congresso de 1997.

Por algum motivo, foi necessário escolher um grupo para personificar tais formulações. O nazismo escolheu os homossexuais; a Igreja igualmente os condenou; o exército não poderia marchar em outra direção; e nas instituições psicanalíticas, apesar das posições de seu criador, também predominou a escolha dos homossexuais como os “outros”, os depositários das angústias ligadas à sexualidade.

Jones – aqui não a pessoa, mas o que ele representava institucionalmente –, tão cioso em proteger a psicanálise da associação com a “criminalidade homossexual”, como descreve Roudinesco (2002, pp. 11-13), agia contra ele mesmo ao definir um modelo normatizador para os candidatos em potencial. Sedutor notório, acusado inúmeras vezes de envolvimento sexual com pacientes (e admoestado por Freud por tal comportamento), acreditava que o movimento psicanalítico deveria formar analistas impecáveis. Para isso, escolheu qual tipo de “pecador” deveria ser excluído.

Um argumento frequentemente utilizado para justificar certas atitudes retrógradas (com base em conceitos anteriores aos *Três ensaios*, no que tange à sexualidade) é o de proteger a psicanálise dos ataques da sociedade. Parece um deslocamento. Para nos mantermos nas comunicações freudianas: em meio à ascensão do nazismo, em 1930, quando a legislação austro-germânica planejava modificar o código penal para criminalizar práticas homossexuais, Freud assinou uma declaração rejeitando tais propostas. Nela, argumentava-se que penalizar a vida sexual era violar os direitos humanos.

Essa era a sua verdadeira defesa da psicanálise e suas instituições.

Freud também manteve longa correspondência com o escritor Stefan Zweig. Numa dessas cartas, após receber a novela *A confusão dos sentimentos*, que narra a paixão entre um professor e seu aluno, tendo Shakespeare como pano de fundo, Freud responde:

Por que o homem não pode aceitar o amor físico de outro homem, mesmo quando se sente muito ligado a ele no plano psíquico? Isso não seria contrário à natureza de Eros, que, ao superar a rivalidade natural entre homens (atitude de ciúme), teria um triunfo notável? ... Também não é contrário à “natureza” humana, pois esta é bissexual. Ademais, essa incapacidade nem sempre existiu (o amor grego e romano) e parece existir unicamente para nós hoje – mas não para todos. Quando existe, ela é insuperável. ... Qual é o fundamento dessa repulsa aparentemente elementar? Não se sabe... (citado por André, 2018, p. 641)

Sobre a – hoje – conhecida carta de Freud, em 1935, à mãe de um jovem homossexual, só comentarei o ps: “Eu não encontrei dificuldade em compreender sua caligrafia. Espero que você não ache minha letra e meu inglês uma tarefa mais difícil” (1935/1969b, p. 44). Penso que ele está dizendo que entende a angústia dela e que espera que ela entenda a maneira dele de expressar-se numa língua que talvez não seja a língua materna.

Destacarei, porém, um dado menos conhecido sobre a publicação dessa carta. Anna Freud, em sua prática clínica, tentou transformar homossexuais em pais de famílias heterossexuais – sem sucesso. Era contrária ao ingresso de homossexuais na profissão de analistas e, quando a jornalista Nancy Procter-Gregg quis publicar a famosa carta de 1935, ela se opôs:

Existem várias razões para isso [para que a carta não seja publicada]. Uma é que hoje se pode tratar mais homossexuais do que se fazia outrora. Outra é que os leitores poderão ver aí uma confirmação de que tudo que a análise pode fazer é convencer os pacientes de que seus defeitos ou “anomalias” não são tão graves assim, e que deveriam aceitá-los com alegria. (citada por Ceccarelli, 2008, p. 77)

Anna teve que negar diversas vezes sua orientação homossexual, fosse por não se relacionar com homens, fosse por sua relação duradoura com Dorothy Burlingham. Viveram juntas por 39 anos, criaram os filhos de Dorothy, trabalharam, teceram teorias, escreveram livros. Hoje, suas cinzas repousam lado a lado no Crematório de Golders Green, em Londres. Roudinesco, em entrevista, aborda isso diretamente: “Anna era homossexual. Se praticou ou não sua homossexualidade, ninguém sabe. Seja como for, viveu com uma mulher toda a vida. Freud aceita isso a partir dos anos 1920” (Milan, 2016, p. 563).

Corroborando a tese, um detalhado trabalho de revisão biográfica (Prado, 2025), com inter cruzamento de cartas, evidencia que a relação de Anna e Dorothy era pública dentro da família, com Freud como um “avô atento à criançada”. Contudo, a intimidade partilhada com amigos como Zweig sempre foi omitida de Jones.

Anna não precisava assumir sua relação – tampouco negá-la. A questão é que, sendo ou não homossexual, foi vítima e algoz de seus próprios preconceitos. Nesse sentido, é uma representação emblemática do que aconteceu durante as oito décadas da lei não escrita.

Como Anna, as instituições psicanalíticas, através dos filhos/seguidores, continuaram criando, teorizando, elaborando. Mas também precisaram manter parte de seu potencial escamoteado, cindido, escondido – submetidas a uma cultura repressora da sexualidade, e também reprimindo o outro (aqui talvez caiba o conceito de estranho, inquietante).

As mudanças vieram de fora para dentro, mobilizadas pelos próprios desdobramentos da obra freudiana, pela revolução sexual, por Stonewall, pelas mudanças no DSM, pelos direitos civis e pelas ameaças financeiras. Esses fatores criaram o clima para o início do desnudamento institucional, que passou a ser fundamental para dar continência às tensões.

O Congresso Internacional de Psicanálise de 1997, em Barcelona, foi o desaguadouro de um movimento já em curso, tensionado pelas sociedades americanas. Ralph Roughton, analista didata de Cleveland, tentou estender à IPA a política de não discriminação da Associação Psicanalítica Americana (APSA). Em um painel intitulado “Homosexuality”, declarou abertamente sua identidade homossexual. Ele ressaltou:

A técnica neutra no processo analítico, quando a etiologia é essencialmente irrelevante, constitui uma posição ideal – mas raramente alcançada. Mesmo analistas que se julgam neutros são guiados, muitas vezes inconscientemente, por sua ignorância das normas que regem a vida de homens e mulheres homossexuais. Como consequência, seus pacientes homossexuais frequentemente vivenciam essa neutralidade como uma confirmação de atitudes negativas.

No congresso e nas discussões que se seguiram, a reação foi de afetação por parte de experientes analistas defensores do, até então vigente, status quo. “O que nós, psicanalistas, faremos quando homossexuais baterem à nossa porta querendo se tornar membros de nossas sociedades?” Houve associação com a negação da diferença sexual e a pedofilia, além de diagnósticos como “atitude proselitista-militante” e “recusa do drama pessoal do homossexual” (Ayouch & Bullamah, 2013).

Mas a porta estava arrombada – do armário e do escritório. O Conselho Executivo da IPA aprovou em 1999, reafirmou em 2001 e emendou em 2002 a seguinte declaração: “A IPA se opõe a qualquer discriminação com base em gênero, origem étnica, crença religiosa ou orientação homossexual. A seleção de candidatos deve se basear exclusivamente na capacidade de atuar como psicanalista” (citado por Ayouch & Bullamah, 2013, p. 118).

Há similitude entre a resposta freudiana e a deliberação da IPA. Uma aceitação tardia de uma orientação simples: não devemos deixar que os preconceitos decidam por nós. Esse parece ser o papel das instituições. Freud, como já citado, sinalizava a necessidade de aplicar o mesmo olhar analítico tanto à homossexualidade quanto à heterossexualidade. Ignorar o impacto do preconceito como gerador de feridas narcísicas nos pacientes homossexuais é inverter a relação de causa e consequência. A IPA, nas últimas duas décadas, vem estruturando comitês para o estudo dos preconceitos. Entre várias produções, publicou um importante documento produzido por Heenen-Wolff (2013) acerca do preconceito em relação à orientação sexual, com base na revisão de pesquisas sobre a sexualidade, as questões edípicas, a homoparentalidade etc.

Idealmente, instituições teriam o papel de funcionar como grupo de trabalho: racional, colaborativo, voltado a tarefas. Buscamos! Entretanto, não temos como evitar períodos/momentos (que podem durar décadas) em que os supostos básicos – dependência: espera passiva por um líder salvador; ataque e fuga: paranoia grupal; acasalamento: esperança messiânica na união de dois elementos – predominam. Hoje sabemos que nós, analistas, em nossos grupos e instituições, estamos expostos às mesmas predisposições descritas por Bion (1961/1998).

Conclusão

A psicanálise, enquanto campo teórico-clínico e institucional, carrega a responsabilidade ética de oferecer escuta e elaboração às diversas manifestações do desejo e da subjetividade – entre elas, as experiências ligadas à orientação homossexual. Os sujeitos LGBTQIA+ têm historicamente ocupado, nos discursos sociais e também no espaço analítico, o lugar de depositários das angústias e fantasmas de toda a sexualidade. Diante disso, cabe à psicanálise – e, sobretudo, às suas instituições – a tarefa de funcionar como um enquadre, nos termos propostos por Bleger (1967/2002): continente simbólico que, para além de sustentar a escuta, inclui a vigilância sobre seus próprios enrijecimentos e resistências, que frequentemente operam como defesas frente ao novo.

É nesse sentido que se atualiza o alerta de Sigal (2017): para que a psicanálise permaneça viva, é necessário reorganizar o já conhecido à luz do novo – sem tomar a teoria como um corpo morto, coagulado ou estagnado. Apenas uma psicanálise em permanente trabalho de elaboração poderá acolher, com escuta verdadeiramente analítica, os sujeitos que foram silenciados ou patologizados por uma moralização, abrindo espaço para que novas formas de subjetivação encontrem lugar e reconhecimento.

Penso que o caminho de busca do novo proposto por Sigal seja sinalizado por Green (1988): “Se me perguntassem, na condição de convidado que vem de longe para lhes falar, o que há de novo em psicanálise, eu lhes responderia: Freud. Nada de paradoxal”.

Retomando a citação de *O mal-estar na civilização*, no plano íntimo, todos os sujeitos oscilam entre serem receptores e emissores de amor e ódio. Contudo, ao longo da história, o grupo dos homossexuais tem ocupado, de maneira desproporcional, o lugar de depositário das angústias mais profundas e atávicas associadas à sexualidade. A homofobia, nesse sentido, é apenas uma das manifestações possíveis da sexofobia universal.

Instituciones psicoanalíticas, publicaciones y las (homo)sexualidades: entre teorías, silencios y trans(forma)acciones

Resumen: El autor realiza una revisión crítica del impacto de las aportaciones freudianas sobre la sexualidad en la cultura, en las instituciones psicoanalíticas, en sus congresos y publicaciones. A través del análisis de temas recurrentes relacionados con la sexualidad, como el sexo, el género, lo masculino/femenino y, especialmente, la orientación sexual, discute cómo el psicoanálisis, entre avances y retrocesos, ha ido construyendo sus elaboraciones teóricas. Se centra en la forma en que Freud concebía la homosexualidad y en las repercusiones institucionales de este debate, en particular la resistencia a la presencia de homosexuales declarados en los espacios institucionales. Trabaja con la hipótesis de que la escucha psicoanalítica no siempre está preparada para lidiar con las singularidades de la población LGBTQIA+, históricamente mal entendida. Por último, sostiene que las instituciones deben funcionar como encuadres simbólicos, según la concepción de Bleger, para sostener los procesos de elaboración colectiva y ofrecer contención a las tensiones que surgen de las diferencias, en especial las relacionadas con la sexualidad y la identidad.

Palabras clave: sexualidades, historia psicoanalítica, instituciones, publicaciones, transformaciones

Psychoanalytic institutions, publications, and (homo)sexualities: between theories, silences, and trans(form)actions

Abstract: The author critically reviews the impact of Freudian contributions on sexuality in culture, psychoanalytic institutions, their congresses, and publications. Through the analysis of recurring themes related to sexuality, such as sex, gender, male/female, and especially sexual orientation, he discusses how psychoanalysis, between advances and setbacks, has constructed its theoretical elaborations. His focus is on how homosexuality was thought of by Freud and the institutional repercussions of this debate, in particular the resistance to the presence of openly homosexual individuals in institutional spaces. He works with the hypothesis that psychoanalytic listening is not always prepared to deal with the singularities of the LGBTQIA+ population, which has historically been misunderstood. Finally, he argues that institutions should function as symbolic frameworks, according to Bleger's conception, to support processes of collective elaboration and offer containment to the tensions that emerge from differences, especially those related to sexuality and identity.

Keywords: sexualities, psychoanalytic history, institutions, publications, transformations

Institutions psychanalytiques, publications et (homo)sexualités : entre théories, silences et trans(form)actions

Résumé : L'auteur procède à une analyse critique de l'impact des apports freudiens sur la sexualité dans la culture, dans les institutions psychanalytiques, dans leurs congrès et publications. À travers l'analyse de thèmes récurrents liés à la sexualité, tels que le sexe, le genre, le masculin/féminin et, en particulier, l'orientation sexuelle, il discute de la manière dont la psychanalyse, entre avancées et reculs, a construit ses élaborations théoriques. Il se concentre sur la manière dont l'homosexualité a été pensée par Freud et sur les répercussions institutionnelles de ce débat, en particulier la résistance à la présence d'homosexuels assumés dans les espaces institutionnels. Il part de l'hypothèse que l'écoute psychanalytique n'est pas toujours préparée à faire face aux singularités de la population LGBTQIA+, historiquement mal comprise. Enfin, il soutient que les institutions doivent fonctionner comme des cadres symboliques, selon la conception de Bleger, afin de soutenir les processus d'élaboration collective et d'offrir une contenance aux tensions qui émergent des différences, en particulier celles liées à la sexualité et à l'identité.

Mots-clés : sexualités, histoire psychanalytique, institutions, publications, transformations

Referências

- André, J. (2018). A homossexualidade do analista. *Revista de Psicanálise da SPPA*, 25(3), 635-650.
- Ayouch, T. & Bulamah, L. C. (2013). A homossexualidade dos analistas: história, política e metapsicologia. *Percurso*, 26(51), 92-109.
- Bion, W. R. (1998). *Experiências em grupos e outros escritos* (T. L. Ribeiro, Trad.). Imago. (Trabalho original publicado em 1961)
- Bleger, J. (2002). Psicanálise do enquadre psicanalítico. *Revista Latinoamericana de Psicoanálisis*, 5, 103-113. (Trabalho original publicado em 1967)
- Breuer, J. & Freud, S. (1969). Estudos sobre a histeria. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, Trad., Vol. 2). Imago. (Trabalho original publicado em 1893-1895)
- Ceccarelli, P. R. (2008). A homossexualidade e a psicanálise: notas para uma reflexão. In P. R. Ceccarelli (Org.), *Homoparentalidades* (pp. 67-86). Autêntica.
- Cicero, A. (2019). Canção da alma caíada. In A. Cicero, *Guardar* (p. 61). Imprensa Nacional. (Trabalho original publicado em 1996)
- Freud, S. (1969a). Análise de uma fobia em um menino de cinco anos. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, Trad., Vol. 10, pp. 13-49). Imago. (Trabalho original publicado em 1909)
- Freud, S. (1969b). Carta a uma mãe americana. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, Trad., Vol. 23). Imago. (Trabalho original publicado em 1935)
- Freud, S. (1969c). Fragmento da análise de um caso de histeria. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, Trad., Vol. 7, pp. 15-118). Imago. (Trabalho original publicado em 1905)
- Freud, S. (1969d). O impacto das diferenças anatômicas sobre o psiquismo. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, Trad., Vol. 19, pp. 289-302). Imago. (Trabalho original publicado em 1925)
- Freud, S. (1969e). A interpretação dos sonhos. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, Trad., Vols. 4-5). Imago. (Trabalho original publicado em 1900)
- Freud, S. (1969f). Leonardo da Vinci e uma lembrança da sua infância. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, Trad., Vol. 11, pp. 63-137). Imago. (Trabalho original publicado em 1910)
- Freud, S. (1969g). O mal-estar na civilização. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, Trad., Vol. 21, pp. 65-148). Imago. (Trabalho original publicado em 1930)
- Freud, S. (1969h). O Moisés de Michelangelo. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, Trad., Vol. 13, pp. 211-244). Imago. (Trabalho original publicado em 1914)
- Freud, S. (1969i). Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranoia (o caso Schreber). In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, Trad., Vol. 12, pp. 15-89). Imago. (Trabalho original publicado em 1911)

- Freud, S. (1969j). Psicologia de grupo e a análise do ego. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, Trad., Vol. 18, pp. 89-179). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1921)
- Freud, S. (1969k). Sobre a sexualidade feminina. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, Trad., Vol. 21, pp. 225-249). Imago. (Trabalho original publicado em 1931)
- Freud, S. (1969l). Sobre o narcisismo: uma introdução. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, Trad., Vol. 14, pp. 75-108). Imago. (Trabalho original publicado em 1914)
- Freud, S. (1969m). A teoria da libido e o narcisismo. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, Trad., Vol. 16, pp. 413-430). Imago. (Trabalho original publicado em 1916-1917)
- Freud, S. (1969n). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, Trad., Vol. 7, pp. 119-231). Imago. (Trabalho original publicado em 1905)
- Green, A. (1988). *Conceituações e limites* [Apresentação de trabalho]. Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
- Hale, N. G. (Ed.). (1971). *James Jackson Putnam and psychoanalysis: letters between Putnam and Sigmund Freud, Ernest Jones, William James, Sándor Ferenczi, and Morton Prince, 1877-1917*. Harvard University.
- Heenen-Wolff, S. (2013). *Psychoanalysis against prejudice: the case of sexual orientation*. International Psychoanalytical Association. <https://tinyurl.com/3em4uuc3>
- Kupermann, D. & Bulamah, L. C. (2018). A proscricção da homossexualidade masculina na história do movimento psicanalítico institucionalizado. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 21(3), 301-312.
- Lobo, F. L. & Moraes, O. D. (1969). Identidade de sexo e seus distúrbios: aspectos teóricos e clínicos. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 3(1-2), 163-175.
- Milan, B. (2016). Entrevista com Élisabeth Roudinesco. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 19(3), 563-574.
- Prado, L. E. (2025). A análise de Anna Freud por seu pai: sobre a transmissão transgeracional. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 59(2), 219-233.
- Roudinesco, E. (2002). *Por que a psicanálise?* (M. L. X. de A. Borges, Trad.). Jorge Zahar.
- Roudinesco, E. & Plon, M. (1998). *Dicionário de psicanálise* (V. Ribeiro & L. Magalhães, Trads.). Jorge Zahar.
- Roughton, R. (1997). *Homosexuality* [Apresentação de trabalho]. Congresso Internacional de Psicanálise, Barcelona, Espanha.
- Sigal, A. M. (2017). Ainda a psicanálise no campo da sexuação! *Estudos de Psicanálise*, 47, 35-46. <https://tinyurl.com/mtfk5vn5>
- Spiers, H. & Lynch, M. (1977). Gay rights Freud. *The Body Politic*, 34, 8-10.
- Tanis, B. (2014). Editorial. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 48(1), 11-14.

Recebido em 4/6/2025, aceito em 8/10/2025